

EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AO CONDENADO DE IMPERATRIZ-MA

HEALTH EDUCATION AT THE ASSOCIATION FOR THE PROTECTION AND ASSISTANCE OF CONVICTS IN IMPERATRIZ-MA

Recebido em: 05/10/2025

Reenviado em: 31/10/2025

Aceito em: 14/11/2025

Publicado em: 19/01/2026

Ennio Santos Barros¹ 
Universidade Federal do Maranhão

Ilma Maria de Oliveira Silva² 
Universidade Federal do Maranhão

Resumo: Este artigo discute o processo educativo em saúde na Associação de Proteção e Assistência ao Condenado (APAC) de Imperatriz- MA. Trata-se de um recorte da dissertação de Mestrado vinculada ao Programa de Pós-graduação em Educação e Práticas Educativas (PPGEPE) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Nesta perspectiva, a fundamentamos na abordagem qualitativa, utilizando a entrevista como instrumento de coleta de dados, além de pesquisa documental e bibliográfica. Diante da pesquisa, observamos os inúmeros esforços que a APAC vem realizando desde a fundação em Imperatriz- MA, ao estabelecer parcerias que contribuam com o processo de educação. Entretanto, podemos inferir que há dificuldade em estabelecer e garantir estas parcerias, portanto, há carência no que se refere à efetividade de alguns direitos. No que tange à educação em saúde, notamos participação ativa e conjunta entre profissionais, recuperandos e voluntários, porém inferimos a possibilidade de que este processo possa ser melhorado. Assim, a APAC, apesar dos grandes avanços, também lida com escassez de políticas públicas voltadas para população privada de liberdade, sobretudo, no que tange à educação e à saúde.

Palavras-chave: Educação em Saúde; Ressocialização; Recuperandos; Associação de Proteção e Assistência ao Condenado.

Abstract: This article discusses the health education process at the Association for the Protection and Assistance of Convicts (APAC) in Imperatriz, MA. This is an excerpt from a Master's dissertation linked to the Graduate Program in Education and Educational Practices (PPGEPE) at the Federal University of Maranhão (UFMA). In this perspective, we based it on a qualitative approach, using interviews as a data collection instrument, in addition to documentary and bibliographic research. Based on the research, we observed the numerous efforts that APAC has been making since its foundation in Imperatriz, MA, in establishing partnerships that contribute to the education process. However, we can infer that there is difficulty in establishing and guaranteeing these partnerships, therefore, there is a lack of effectiveness in some rights. Regarding health education, we noted active and joint participation among professionals, convicts and volunteers, but we infer the possibility that this process can be improved. Thus, APAC, despite great advances, also deals with a shortage of public policies aimed at the population deprived of liberty, especially with regard to education and health.

Keywords: Health Education; Resocialization; Inmates; Association for the Protection and Assistance of the Convicted.

¹ Mestre em Formação Docente em Práticas Educativas - UFMA (2022), Enfermeiro pela Unidade de Ensino Superior do Sul Maranhense - UNISULMA (2015). E-mail: enniosantos@hotmail.com

² Doutora em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS (2018), na linha de pesquisa Sociedades Indígenas, Cultura e Memória. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA (2012). Professora do Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Formação Docente em Práticas Educativas - PPGFOPRED da Universidade Federal do Maranhão - UFMA. É professora Adjunta I da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL, no curso de Pedagogia. E-mail: ilmamsilvao@gmail.com

INTRODUÇÃO

Analisar o processo educativo em saúde das pessoas assistidos pela Associação de Proteção e Assistência ao Condenado (APAC) de Imperatriz - MA, foi o objetivo da dissertação de mestrado que deu origem a este trabalho. No Brasil, o aumento da população privada de liberdade cresce de forma acelerada e ocasiona consequências significativas que agravam as condições de vida no cárcere. Entre elas, podemos citar a superlotação das celas, a precarização das condições de higiene, o aumento de doenças contagiosas, a negação de direitos, os motins, a deficiência na assistência social, jurídica e de projetos de natureza laborativa e educativas que possam contribuir para reinserção da Pessoa Privada de Liberdade (PPL) na sociedade (Aragão, 2020).

O Brasil tem a terceira maior população carcerária do mundo, ficando atrás apenas da China e Estados Unidos. Em junho de 2023, dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN), informados pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) denotavam que o sistema prisional brasileiro, reflete em um número acima de 663 mil pessoas, possuindo um déficit de mais de 174 mil vagas. Outro dado alarmante é o número de mortes dentro das próprias unidades prisionais, ultrapassando mais de 3 mil vítimas (INFOPEN, 2023).

Todos esses agravos mencionados afetam diretamente no acesso dessas pessoas a processos educativos em saúde, tornando-se assim uma problemática cada vez mais presente no cenário privativo de liberdade. Logo, a educação e a saúde, muitas vezes tidas como luxo e não como direitos fundamentais, são deixadas em segundo plano nesses espaços ou pelo menos não são alcançadas por todos de forma igualitária (Souza, 2023).

A autora reflete ainda que frente a esse contexto é preciso convidar a sociedade e a comunidade acadêmica para o debate e a aproximação com políticas públicas mais efetivas, apresentar as dificuldades apresentadas pelos apenados e discutir soluções para estabelecer a pena, mas garantir o acesso aos direitos básicos. Além disso a conscientização da sociedade sobre a garantia e o respeito aos direitos humanos, contribui para a construção de um sistema prisional mais justo.

De acordo com Gonçalves (2024) a APAC surge nesse contexto prisional como uma inovação, visando a execução de penas humanizadas e proporcionando um sistema prisional alternativo ao tradicional. A experiência da APAC se destaca por um ambiente prisional restaurador, que objetiva a reintegração social do condenado, estimulando uma transformação profunda durante o cumprimento da pena.

Este mesmo autor menciona que a APAC caracteriza-se por um estabelecimento de disciplina rígida, baseada no respeito, na ordem, no trabalho e no envolvimento da família. Uma das principais diferenças entre a APAC e o sistema prisional comum é que na primeira, os presos são chamados pelo nome e pela denominação “recuperandos” sendo eles corresponsáveis pela própria recuperação. Outro destaque é a ausência de policiais e parte da administração da unidade prisional feita pelos próprios recuperandos, além da participação voluntária da família e da comunidade.

De acordo com os estudos de Ottoboni (2018), o principal idealizador da APAC e ainda de Gonçalves (2024) o método é estruturado em 12 elementos fundamentais, incluindo a participação da comunidade, o trabalho, a espiritualidade, a assistência jurídica, a assistência à saúde, a valorização humana, entre outros. O grupo de elementos refletem uma abordagem humanizada, eficaz e com um menor custo, além de um retorno social significativamente maior e com menor índice de reincidência.

Nos estudos que embasaram nossa pesquisa, foi perceptível a generalização da concepção sobre educação em saúde, colocando-a onde as atividades se desenvolvem mediante situações formais de ensino-aprendizagem, em que as relações se estabelecem por meio de situações rotineiras. Em nossa visão, vistas por esse viés, essas atividades tendem a desenvolver-se sem incorporar as situações de risco de cada comunidade, ou seja, sem estabelecer vínculos entre os problemas de saúde de grupos sociais específicos com os reais modos de vida destes.

No início do século XX, o Estado encontrou-se na obrigação de estruturar as primeiras intervenções sistemáticas de educação em saúde aplicadas às classes populares, pelo surgimento das epidemias de febre amarela, varíola e peste, que estavam trazendo grandes transtornos para a exportação (Brasil, 2014). Mais uma vez, percebemos a preocupação enviesada pelo capitalismo. O olhar preocupante era para o declínio econômico e não para as mazelas sociais dos menos favorecidos

Da metade do século XIX até meados do século XX, as atividades de Educação em Saúde eram baseadas em estratégias autoritárias, tecnicistas e biologistas, nas quais as classes populares da sociedade eram tidas como passivas e incapazes de iniciativas próprias denotando a predominância do modelo tradicional (Bertucci; Mota; Schraiber, 2017).

Na década de 1960, o movimento de Educação Popular, passou a influenciar as práticas educativas em Saúde, passando a interligar ao incorporar a participação popular, fomentando espaços a processos educativos mais democráticos. Fundamentada na visão Freireana, a

Educação Popular em Saúde é um processo político-pedagógico que estimula o pensar crítico e reflexivo, permitindo desvelar a realidade de grupos sociais e propor ações emancipadoras que levem o indivíduo à sua autonomia e transformação (Nogueira *et al*, 2022).

Somente após 1980, sob forte influência da VIII Conferência Nacional de Saúde, a população de modo geral passou a ser alvo da educação em saúde. Com a conquista da democracia política e a construção do SUS, os movimentos sociais passaram a lutar por mudanças mais globais para as políticas sociais. Desta forma, surge um espaço para novas experiências no campo da educação em saúde, baseadas no método dialógico de Paulo Freire (Freire, 1987).

Gonçalves (2024) aponta que no cárcere, as condições de vida são extremamente precárias e podem levar a inúmeros problemas de saúde, como doenças contagiosa e até transtornos mentais. Em referência a educação para PPL, é preciso reconhecê-la como uma ferramenta impactante no processo de ressocialização e como forma de ocupação pode contribuir para a saúde mental.

Destarte as práticas de educação em saúde desenvolvidas com PPL, devem visar, além de melhorar o entendimento e o cuidado com a saúde, colaborar na inserção social e no resgate da dignidade humana, permitindo a atividade inovadora e as mudanças de atitudes. Por este olhar, contribuem para aumentar a autonomia das pessoas apenas no cuidado e no debate com os profissionais de saúde e os gestores, a fim de alcançar atenção à saúde de acordo com as necessidades particulares (Brasil, 2017).

A educação em saúde, enquanto processo político pedagógico nos espaços de privação de liberdade, requer o desenvolvimento de pensamento crítico e ao mesmo tempo reflexivo, uma vez que não se pode desprender-se da autoridade. Para Falkenberz *et al*. (2014), devemos considerar o histórico de experiências, refletindo nos princípios éticos que orientam posturas novas no cuidado e na participação social em saúde, com estímulo a uma formação da consciência mais crítica, valorização e respeito aos sentimentos e interesses de todas as pessoas, sem neutralizá-las.

O objetivo deste artigo é analisar o processo educativo em saúde das pessoas assistidas pela APAC de Imperatriz- MA, buscamos, ainda averiguar a efetividade das práticas educativas e os entraves vivenciados pelos profissionais para realização de ações de educação em saúde à PPL Além disso, este trabalho busca incentivar o interesse de pesquisadores para a produção científica nesse sentido para aumentar a capacidade de conscientização da sociedade sobre a importância de garantir os direitos das pessoas em situação de privação de liberdade.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia adotada para a realização deste trabalho consistiu em uma revisão bibliográfica exploratória de fontes primárias e secundárias relacionadas ao tema, seguida de uma análise crítica das informações encontradas.

A pesquisa se apoiou na abordagem qualitativa: esta, na perspectiva de Minayo (2012), é organizada a partir da compreensão da realidade do indivíduo e pela interpretação das experiências, das vivências, do senso comum e da participação social, no âmbito individual do sujeito, trabalhando com significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, não se detendo a fatores quantitativos.

Em relação a seleção das fontes primárias, foi realizado uma análise documental como a Legislação prisional e os documentos que legalizam a APAC, como regimento interno, regulamento administrativo, regulamento disciplinar, estatuto, metodologia, relatório de gestão, ficha cadastral do recuperando e prontuários de atendimento. Além desses, outros documentos legais, como a Lei da Execução Penal, Constituição Federal (CF) e Código Penal (CP).

Já para a seleção das fontes secundárias, buscamos artigos científicos, teses, dissertações, livros e periódicos a educação em saúde e direito, que pudessem contribuir para a compreensão do tema.

A partir do problema e do objetivo, fizemos a seleção dos participantes que contribuíram com o trabalho e a complementação das informações coletadas. Neste sentido, são interlocutores da pesquisa os profissionais que trabalham na APAC: uma psicóloga, uma assistente social, uma enfermeira, um encarregado administrativo. Participaram ainda seis recuperandos, sendo dois de cada regime (fechado, semiaberto/intramuros e trabalho externo).

Para garantia do anonimato dos profissionais participantes, demos a opção de nomeá-los pelas iniciais dos nomes próprios, entretanto, um dele preferiu ser chamado apenas por um dos sobrenomes e outro pelo próprio nome e sobrenome. Em relação aos recuperandos, todos foram nomeamos pelas iniciais do nome.

Para averiguar a efetividade das práticas educativas em saúde ofertadas aos sujeitos assistidos pela APAC e identificar entraves vivenciados pelos profissionais para realização de ações de educação em saúde, foram utilizadas entrevistas, como mencionado, a partir dos estudos de Minayo (2012) e Triviñus (2012). As entrevistas foram gravadas em áudio e depois de finalizadas, os áudios foram ouvidos e transcritos na íntegra, a fim de conhecer o material e facilitar o manejo na produção da escrita.

Para seleção dos profissionais a serem entrevistados, utilizamos como critério de inclusão: profissionais de ambos os sexos, com pelo menos seis meses de atuação no cargo. E como critério de exclusão os que estiverem ausentes, por motivos de afastamento, durante o período de realização da pesquisa, e aqueles que se negarem a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Já para os recuperandos, empregamos como critério de inclusão o tipo de regime que cumpre, tendo como pretensão principal selecionar seis recuperandos, sendo dois de cada regime, para os quais ainda consideramos na escolha os com maior tempo de estadia na APAC, os que fossem permanecer na APAC até o término da pesquisa e assinarem o TCLE. Foram excluídos os que não demonstraram interesse em participar da pesquisa e/ou não respondessem satisfatoriamente.

As narrativas dos sujeitos e documentos foram cotejados por meio da triangulação que, de acordo com Triviños (2006), objetiva abranger máxima descrição e compreensão do objeto em estudo, partido da ideia de que é impossível conceber isoladamente um fenômeno social, sem raízes históricas e significados culturais. Ademais, o estudo foi norteado pela Resolução n.º 466/2012 (Brasil, 2013), respeitando-se os princípios para pesquisa envolvendo seres humanos e o projeto submetido à Plataforma Brasil e direcionado ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Hospital Universitário, da Universidade Federal do Maranhão (HU/UFMA).

PRÁTICAS EDUCATIVAS EM SAÚDE NA APAC DE IMPERATRIZ- MA

As práticas de educação em saúde desenvolvidas na APAC para com os recuperandos devem visar, além de melhorar o entendimento e o cuidado com a saúde, colaborar na ressocialização e no resgate da dignidade humana, permitindo a atividade inovadora e as mudanças de atitudes com relação à saúde, pois:

Aprender não é um processo que se efetive [...] de forma espontânea ou mágica. Ao contrário, exige, exatamente, em virtude da intencionalidade contida no conceito de ensinagem, a escolha e execução de uma metodologia adequada aos objetivos e conteúdo do objeto de ensino aos alunos (Pimenta; Anastasiou, 2010, p. 211).

Nessa perspectiva, a educação em saúde voltada às PPL deve ser pensada a partir dos problemas existentes e que deverão ser solucionados. O importante é compreender que para lutar por libertação e autonomia desse público e nelas desenvolver a capacidade de autoria e determinação, é preciso que aprendamos a viver pacientemente impacientes, como alerta Freire (1987). As práticas de educação em saúde são inerentes ao trabalho em saúde, mas, muitas

vezes, devido à própria lógica do ambiente em que se insere e do tempo que se dispõe para realizá-las em totalidade, estas são levadas a um segundo plano no planejamento e na organização dos serviços e na execução das ações (Falkenberz *et al.*, 2014).

Trazendo-a para o contexto da APAC, temos por referência situações de saúde de um grupo social ou de uma classe específica. Portanto, há de se supor uma relação dialógica pautada na horizontalidade entre as pessoas. Em grupos, o ser humano aprende, desenvolve-se, protege, arrisca, identifica e se diferencia. A respeito da horizontalidade mediada em grupo, o recuperando G.H.S.H. afirma:

[...] aqui todo mundo conhece a personalidade de todo mundo [...] eu procuro o máximo ajudar quando acontece algum problema e eu sempre gosto de repassar o que eu aprendi para meus companheiros [...] quando a gente passa por um problema e você vê que você tem um companheiro do grupo ali já se torna outra coisa, você já se sente bem porque alguém vai conseguir te ajudar. [...] do mesmo jeito que eu gosto de repassar o que aprendi, outros fazem assim comigo porque aprenderam comigo (G.H.S.H., entrevista concedida em 10 de setembro de 2021).

Desde que estamos como voluntário da APAC de Imperatriz - MA, presenciamos os esforços dos profissionais e voluntários para contribuir com o processo educativo, no sentido de conhecimento sobre saúde para os recuperandos. Em maioria, por meio de palestras, sobretudo, no sistema fechado. A respeito das ações educativas em saúde desenvolvidas na APAC, a enfermeira menciona que:

[...] trabalhamos muito com a promoção, através de palestras educativas para trazer informações ao recuperando. Então, assim, todo mês se trabalham as campanhas anuais de saúde, seguindo nosso cronograma mensal. Além das palestras, realização de testes rápidos e vacinação [...] por isso, qualquer coisa que eles vão sentindo já estão procurando, entendeu? Então, quando ele observa aqueles sintomas, por exemplo, numa palestra, ele já vai: “olha eu acho que já sentia aquilo e tal.” (J.M.S., entrevista on-line concedida em 03 de agosto de 2021).

A notoriedade em seguir a padronização do cronograma anual, baseado na tematização mensal, também ficou enfatizada na narrativa da psicóloga. Esta, por sua vez, faz referência ao calendário de palestras:

Então, a gente respeita o calendário mensal e cada mês a levantamos uma questão. No mês do Setembro Amarelo, por exemplo, fazemos uma semana toda de ações, e palestra tanto dos de outros profissionais da área como também nós da equipe [...] Sempre eu trago uma didática diferente para estar motivando-os a interagir e participar (A.P.B.B., entrevista concedida em 28 de julho de 2021).

A psicóloga acredita que as ações educativas em saúde poderiam ir além das palestras temáticas, porém dentro das possibilidades, a APAC oferece bastante êxito, em relação a essa questão. Sobre as ações de educação em saúde dentro do grupo de Narcóticos Anônimos (NA) o recuperando E.S. reflete:

[...] uma ação muito legal aí dentro da APAC, foi o NA. Foi onde eu parei de fumar, quando eu comecei participar da NA. [...] eu fui vendo aquilo e graças a Deus parei de fumar. Já tem um ano que eu não fumo. Eu acho que foi graças a essas palestras aí do NA que teve aí dentro da APAC, fora os outros trabalho que têm também da enfermeira, psicóloga e de todos (E.S., entrevista concedida em 13 de setembro de 2021).

Já O.R.M., do sistema fechado, diz que:

[...] a APAC nos proporciona palestras vocacionais, orientando como o uso de camisinha e como prevenir muitas doenças. [...] tem a questão do Setembro Amarelo, por exemplo, a saúde mental, tem uma palestra do mês azul, da época do câncer de próstata. [...] nós temos aqui a nossa enfermeira, também a psicóloga e a assistência social. [...] é um conjunto de pessoas que realmente estão preparadas para nos orientar (O.R.M., entrevista concedida em 10 de setembro de 2021).

Entre outras opiniões, L.S.A., do sistema semiaberto intramuros, expressa:

[...] são feitas várias ações aqui, e é constantemente, praticamente quinzenalmente, semanalmente, mensalmente [...] são feitas palestras, cursos com motivação na área de saúde, prevenção, tratamento, cuidados nessa questão de saúde. São feitas por todos os funcionários da APAC. Aqui eles não deixam a gente, “tão” sempre alerta. Tem tanto pelos voluntários que vem da rua, como pelos próprios profissionais da APAC [...] (L.S., entrevista concedida em 09 de maio de 2022).

Importante destacar a narrativa de G.H.S.H. que mesmo estando em regime fechado reconhece as ações voltadas para o cuidado da saúde das PPL como fundamental para vislumbrar um pouco de esperança e gratidão em sua vida: “Quando cheguei à APAC, a enfermeira disponibilizou o tempo, né? [...] além de outros recuperandos para me ajudar [...] eles me ajudaram bastante com meu problema cardíaco [...] se não fosse a APAC, não sei o que seria de mim não” (G.H.S.H., entrevista concedida em 10 de setembro de 2021).

Quando questionada sobre atividades de educação em saúde desenvolvidas pela assistência social, a entrevistada se referiu à questão do vestuário e aos itens de higiene. Tais pontos são de sua responsabilidade providenciar na entrada do recuperando na APAC.

[...] o assistente social que providencia junto com a família as roupas para ele vestir, no primeiro momento, toma- se emprestado, às vezes, não tem [...] a gente até procura

manter uma muda de roupa para quando eles chegarem aqui, aí, fazemos contato já com a família para isso, para trazer roupa, calçado e produto de higiene pessoal, entendeu? (M.B.P.A., entrevista concedida em 30 de julho de 2021).

Concordando, o encarregado administrativo narrou que sobre a educação em saúde, ele, a direção e toda a equipe da APAC a consideram um ponto primordial.

Trabalhamos a prevenção, sobretudo. A gente entende que o preso, no nosso caso o recuperando, via de regra é um paciente, ele é alguém que tem ou poderá ter uma doença [...] Então, primeiro trabalhamos todas as campanhas e aí depois entramos em cada caso específico de cada recuperando, na tentativa de minimizar o máximo possível os danos. Nós os orientamos e a família para a importância de se ter uma alimentação saudável. Então quando os familiares trazem alguma comida, eles são orientados (CORTEZ, entrevista concedida em 06 de agosto de 2021).

Pelos relatos dos profissionais, foi possível perceber que acreditam que os recuperandos da APAC são beneficiados positivamente com as informações adquiridas nas ações de educação em saúde ou como os próprios descrevem, nas palestras. Ainda, assim, questionamos a respeito e todas as respostas foram equivalentes, como mostra a fala da enfermeira: “[...] eles acham muito interessante, pois tem coisas que eles ainda não tinham escutado. E eles já começam se observar o seu corpo e ficam atentos a sintomas que podem aparecer. Então, eles já procuram logo previamente” (J.M.S., entrevista on-line concedida em 03 de agosto de 2021).

Para cotejar as narrativas dos profissionais com a dos recuperandos, perguntamos se os últimos se sentiam beneficiados com as informações repassadas durante as ações de educação em saúde e todos afirmaram positivamente. Para J.P.S. e L.S., respectivamente, é muito importante participar das ações sobre os cuidados com a saúde: “Toda coisa que aparecer, eu faço com gosto” (J.P.S., entrevista concedida em 09 de maio de 2022). “Eu gosto de participar de todas as palestras” (L.S., entrevista concedida em 09 de maio de 2022).

Para O.R.M.: “[...] todas essas orientações elas são muito claras e de bom aprendizado, que a gente traz para outro e para a gente mesmo [...]” (O.R.M., entrevista concedida em 10 de setembro de 2021). Por outro lado, o recuperando J.P.S. relata que por ser idoso e não saber ler, tem dificuldade em compreender muitos assuntos e acaba adquirindo conhecimento por meio do diálogo: “É, aqui “aculá” eu consigo, né? Mas, aqui “aculá” eu não consigo entender não. [...] quem sabe ler é uma coisa, quem não sabe ler é outra” (J.P.S., entrevista concedida em 09 de maio de 2022).

A idade, notou-se, é permeada como obstáculo limitador do aprendizado e logo nos deparamos com o imediatismo da necessidade de evocar práticas pedagógicas e educativas em

saúde que derrubem estas barreiras invisíveis entre os recuperandos, oportunizando a aquisição de conhecimentos por todos. Como afirma Arroyo (2019):

As idades [...] servem de base para identificar e classificar as pessoas. Somos enquadrados em uma determinada idade ou em um determinado tempo de vida [...] pertencer a uma determinada faixa etária é uma condição provisória. Mas sempre seremos classificados em uma delas. Atravessamos por diversos grupos etários e não escaparemos de sermos classificados em algum deles (Arroyo, 2019, p. 232).

Os recuperandos entrevistados afirmaram que as informações ofertadas nas ações de educação em saúde realizadas na APAC são facilmente compreendidas e que os envolvidos utilizam de dinâmicas e estimulam para que todos se sintam convidados a participar. O recuperando O.R.M. expressa que “todas as palestras são abertas a perguntas [...] tanto pelos profissionais da casa, como os voluntários e o tempo é o suficiente sim. [...] dá sim para compreender e entender bem” (O.R.M., entrevista concedida em 10 de setembro de 2021).

Outro recuperando expressou que sempre há espaço para que eles possam realizar perguntas, “Então, sempre eu gosto de anotar e perguntar [...] eu aproveito o momento para tirar minhas dúvidas ali. Então não deixe para depois. Graças a Deus, nunca tive nenhuma preocupação assim de não ter a informação [...]” (A.W.S.F., entrevista concedida em 13 de setembro de 2021).

Dito isto, resgatamos Arroyo (2019, p. 55) para reafirmar que “Não há como ficar neutro quando o ponto de mira são seres humanos, sobretudo em traumáticos processos de humanização. Nossos convívios cotidianos são com seres humanos”. Pensando que todo profissional da APAC é necessariamente um potencial educador, recorremos ao pensamento de Libâneo (2011), quando avulta que para ser um professor, não basta ter domínio da prática ou do conteúdo separadamente, é preciso transformar em ciências aquilo que se aplica às diversas situações da vida, tendo em vista que a aprendizagem não está ligada somente a interesses internos, mas ela vai se desenvolvendo e se modificando por meio das influências e dos conhecimentos que vem de fora, ou seja, do diálogo, dos saberes e fazeres adquiridos na experiência com o outro.

Quando questionados se são disponibilizados materiais de apoio aos recuperandos que tratem de temáticas em saúde e se eles utilizam de forma espontânea, os interlocutores deram respostas distintas. A psicóloga mencionou: “Sempre tem e a gente utiliza dentro da temática que é passada naquele momento (A.P.B.B., entrevista concedida em 28 de julho de 2021). A assistente social M.B.P.A. relaciona a aquisição pela equipe e a utilização de folder

informativos que são distribuídos gratuitamente pelo Ministério da Saúde como estratégia de promoção da saúde nas campanhas.

Na opinião dos recuperando E.S. e A.W.S.F., poucos recuperandos se interessam por livros relacionados à saúde e que a maioria prefere livros de histórias e romances. Enquanto O.R.M. afirma que: “Nós temos aqui colegas nossos que são muitos bons. Eles leem muito sobre saúde, são entendido. [...] Aqui tem um recuperando que trabalha auxiliando a enfermeira. Quer dizer são pessoas que leram muito sobre saúde (O.R.M., entrevista concedida em 10 de setembro de 2021).

Contribuindo com o exposto, a entrevista com J.P.S., do regime semiaberto, foi marcada por um depoimento revelador e, ao mesmo tempo, estarrecedor. Aos 70 anos de idade e se considerando analfabeto, J.P.S. aprendeu pela prática a escrever o próprio nome sem sequer saber quais letras o compõe, é como se ele o desenhasse. Referiu que mesmo com alguns materiais ilustrados, não consegue entender a mensagem transmitida, o que aprende sobre saúde é ouvindo durante as palestras ou conversando com outras pessoas. “É difícil demais entender [...] aquilo que eu não sei, eu procuro: “rapaz, como é que é o negócio ali e tal”, né? (J.P.S., entrevista concedida em 09 de maio de 2022).

Por esse motivo, a educação em saúde tem compromisso de construir espaços acolhedores, exercício de diversas linguagens e escuta sensível e acolhedora (Brasil, 2014). Uma vez que a saúde mental foi mencionada pela maioria dos interlocutores (profissionais e recuperandos), questionamos o que tem sido proporcionado para tentar estabelecer equilíbrio emocional.

[...] no setor de laborterapia que é o artesanato, a gente faz as reflexões mental, as mão que fizeram o crime, é as mãos que vão fazer o artesanato, a atuação que atualmente “tá” trabalhando naquele momento, fazendo um crochê, um tapete de lã, tapete de retalho [...] ocupando a tua mente, tu “tá” concentrado [...] E a gente veio dizer que a mente ocupada ela não pensa coisa ruim. [...] quando você ler, você está totalmente ocupado e quem lê nunca está só, está acompanhado. É um grande fator que contribui para a ocupação da mente, para a saúde mental nossa [...] e faz parte do nosso dia a dia ler bons livros (O.R.M., entrevista concedida em 10 de setembro de 2021).

[...] então, aquilo dali o dia passava tão rápido que às vezes nem terminava o artesanato, porque é tanto detalhe que a gente fica concentrado, que quando você olha o horário já deu, o horário de cinco horas para você fazer outras atividades. Então, isso aí me ajudou a diminuir mais ansiedade. Não só eu, mas outros irmãos também (A.W.S.F., entrevista concedida em 13 de setembro de 2021).

A laborterapia também contribuiu para controlar a ansiedade de G.H.S.H.: “e agora eu estou fazendo bem, eu faço muitos tipos de artesanato [...] e quando eu estou fazendo, eu me

desligo do mundo e foco (G.H.S.H., entrevista concedida em 10 de setembro de 2021). Nesse sentido, também se fez pertinente o esforço teórico de pensar ações educativas com este alvo e enaltecer processos voltados para construção da estabilidade psicológica, estabelecimento da integralidade e equilíbrio mental. No caso de PPL, levar a sério o caráter gerador do adoecimento psíquico causado pelo ambiente prisional e facunda via de fomentar a fala daqueles que, por muito tempo, veem-se destituídos de seus direitos.

ENTRAVES E POSSIBILIDADE PARA EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA APAC DE IMPERATRIZ - MA

Esta pesquisa buscou, entre outros objetivos, questionar a equipe de profissionais da APAC de Imperatriz- MA sobre os possíveis entraves para desenvolver ações de educação em saúde que poderiam dificultar o processo de execução dessas ações na ressocialização dos recuperandos.

Na opinião da Assistente social, há um número muito grande de recuperandos considerados hipocondríacos e como estes potencializam suas possíveis poliqueixas, dificultam o atendimento, devido ao tempo requerido. O aspecto “tempo” ainda foi citado, agora pela psicóloga, como uma das grandes dificuldades para contribuir um pouco mais nas atividades de educação em saúde:

Eu queria ser mais presente, mas pelo fato de ser tantas coisas, eu não consigo. Porque a psicologia tem multifunções e acaba faltando tempo para eu dar uma maior atenção e um atendimento com mais prioridade, com mais segurança no sentido de tipo assim, tempo para cada recuperando, pois são muitos e com muitas necessidades individuais (A.P.B.B., entrevista concedida em 28 de julho de 2021).

Concordando, a enfermeira J.M.S. afirma que o recuperando, ao solicitar atendimento com enfermagem, nem sempre é para se consultar exatamente. “Eles vão falar das necessidades deles, dos problemas [...] muitas vezes, o recuperando não quer um remédio, só quer conversar contigo” (J.M.S., entrevista on-line concedida em 03 de agosto de 2021). Outras dificuldades foram citadas em relação à educação em saúde, dentre elas, sequelas dos presídios tradicionais e limitações dos recuperandos em falar abertamente sobre algumas doenças mais íntimas.

Para Falkenberg *et al.* (2014), o desafio é estimular o desenvolvimento da consciência nos profissionais sobre o contexto, pela responsabilidade em rever os métodos utilizados em educação em saúde, de forma que esta seja um processo participativo para todos. Ela tem como

cenário o próprio espaço de trabalho, no qual o pensar e o fazer são insumos fundamentais do aprender e do trabalhar.

Tendo em vista a dificuldade dos profissionais da APAC em dispor de maior tempo para o processo de escuta, devido à alta demanda de atividades, considera, para isto, ser necessária mudança de atitude dos profissionais de saúde a ser alcançada através de processos educativos, formações e novos formatos organizacionais (Falkenberg *et al.*, 2014).

Existem duas interfaces de relação educativa entre os serviços de saúde e a população: os grandes meios de comunicação e a convivência cotidiana dos profissionais com a população nos serviços de saúde (Souza, 2023). Nas possibilidades da APAC, a primeira se estabelece com limitação, por se tratar de PPL, entretanto, a segunda interface, na medida em que permite contato muito próximo entre os envolvidos no processo educativo, permite aprendizado rico, mediado por caminhos de uma educação em saúde que respeite a autonomia dos recuperandos.

Propomos aos profissionais da APAC a efetivação da educação permanente, com esta consistindo em ações educativas embasadas na problematização do processo de trabalho em saúde e que tenham como objetivo a transformação das práticas profissionais e da própria organização do trabalho, tomando como referência as necessidades de saúde das pessoas e populações, a reorganização da gestão setorial e temporal. Assim, como efetivação do produto referente a este estudo, aplicamos formação com os profissionais da APAC. Esta, por sua vez, procurou, entre outros aspectos, contribuir no processo de educação em saúde realizado pelos profissionais da instituição, partindo das dificuldades expressas por eles, durante as visitas de campo e entrevistas, sobretudo, as oriundas da concepção destes sobre a conceituação, contextualização e aplicabilidade das práticas de educação em saúde e das limitações com a disponibilidade de tempo para efetivação da escuta.

Sentados em círculos, iniciamos as apresentações dos convidados e foi possível perceber, desde então, o comprometimento de cada um por aquele momento e, por mais que suas falas tivessem características próprias, todas acreditavam na importância da troca de saberes e experiências de vida como caminho para o conhecimento novo. Percebendo que a APAC, por meio da atitude ética de seus profissionais, estava aberta a dialogar novas possibilidades, novas metodologias e, mesmo timidamente, já vinha trabalhando por novas modalidades de processos educativos em saúde. Neste contexto, para Reis (2018), romper com a tradicionalidade e acreditar nas metodologias participativas possibilitam a aquisição de novas competências e habilidades na resolução de problemas frente ao contexto vivido, despertam a

curiosidade e impulsionam a aprendizagem, à medida que os envolvidos agregam novos elementos e despertam o sentimento de pertencimento, motivam o pensamento e a criticidade.

A importância dada ao momento também foi manifesta nas falas dos participantes para salientar que muito embora, de alguma forma, já faziam todas aquelas propostas apresentadas, ainda não havia visualizado isso de forma contextualizada, como foi oportunizado na formação.

Considerou-se a visão do recuperando como ator participativo no processo de educação em saúde, ficando como desafio, estimular o desenvolvimento da consciência nos profissionais sobre o próprio contexto, pela responsabilidade em rever os métodos utilizados em educação em saúde, de forma que esta seja um processo participativo para todos. Portanto, independente do contexto em que se aplica, a educação em saúde pode ser vista como processo que constrói e reconstrói conhecimentos, possibilita a apropriação, segurança e autonomia da população envolvida para atuar no debate político e social sobre as necessidades coletivas em saúde, ainda que estas pessoas estejam desprovidas de liberdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, é possível concluir que a melhoria da educação, saúde e direitos no cárcere é um tema de extrema importância para a sociedade e para o Estado. A precariedade desses serviços nas unidades prisionais brasileiras é uma realidade alarmante e que demanda ações imediatas no sentido de transformar essa condição.

A violação dos direitos da PPL é um ato que fere os direitos humanos por atacar diretamente a dignidade humana, uma vez que a pessoa nessa situação e em termos de direitos, so se diferencia pela perda da liberdade. É notória a necessidade de que a sociedade e as autoridades públicas se conscientizem da importância da melhoria desses serviços no cárcere, aderindo a ações efetivas para garantir o acesso oportuno à educação e à saúde, além de garantir o respeito aos direitos dos apenados.

Buscamos compreender no percurso da pesquisa a atuação da APAC com as PPL na cidade de Imperatriz - MA, e como essa Instituição promove a autonomia para o autocuidado em saúde, de acordo com a realidade e as necessidades oriundas do ambiente prisional. Os resultados demonstraram que a APAC, com sua metodologia focada na humanização da pena e na reintegração social, apresenta um caminho eficaz ao sistema prisional tradicional. As taxas de reincidência nas APACs são expressamente menores em comparação com as do sistema prisional convencional, evidenciando a eficiência deste modelo na execução penal.

Acreditamos que ser educador em saúde é também ser um agente de lutas e, portanto, nestas lutas, é preciso compreender os caminhos que devem ser trilhados, conhecer história de vidas, a partir de narrativas do outro. Portanto, nesse caminho, a educação em saúde das pessoas assistidas pela APAC tem sido um mecanismo eficaz na valorização humana e ressocialização, possibilitando a visibilidade das vozes dessas pessoas, bem como um chão para o debate e a troca de saberes.

Entendemos que é desafiador trabalhar educação em saúde a PPL, entretanto, acreditamos que desafios como este devem ser oportunizados e vislumbrados, a fim de assegurar que, cada vez mais, as políticas públicas às PPL sejam efetivadas, estendendo o diálogo e a reflexão entre os campos da educação e da saúde para as PPL.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Ariane Martins. **Educação escolar na penitenciária de Dourados-MS: projetos de ensino e atividades educacionais**. 2017. 144f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2020.

ARROYO, Miguel González. **Imagens Quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

BERTUCCI, Liane Maria; MOTA, André; SCHRAIBER, Lilia Blima. **Saúde e Educação: um encontro plural**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2017.

BRAGA, Luana Aparecida Barbosa. **APAC - Associação de Proteção e Assistência aos Condenados: uma metodologia de ressocialização adotada em um sistema prisional**. 2017. 184f. Dissertação (Mestrado em Administração) Centro Universitário, Belo Horizonte, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Justiça. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **II Caderno de educação popular em saúde**. Brasília: MS, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 de dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão e da Regulação do Trabalho em Saúde. **Câmara de Regulação do Trabalho em Saúde**. Brasília: MS, 2017.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL (DEPEN). **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**: INFOPEN, 2023.

FALKENBERG, Mirian Benites; MENDES, Thais de Paula; MORAES, Eliane Pedrozo de; SOUZA, Elza Maria de. Educação em saúde e educação na saúde: conceitos e implicações para a saúde coletiva. **Ciência saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 847-852, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GONÇALVES, Paulo José. O modelo APAC e a humanização da pena: uma análise detalhada dos dados e estatística comparada. **Revista Brasileira de Execução Penal**, [s. l.], v. 5, n. 1, p. 303-326, 2024.

LIBÂNEO, J. C. Didática e o Trabalho Docente: a mediação didática do professor nas aulas. *In*: LIBÂNEO, J. C.; SUANNO, M. V. R.; LIMONTA, S. V. (orgs.). **Concepções e práticas de ensino num mundo em mudança**: diferentes olhares para a didática. Goiânia: CEPED/Editora PUC Goiás, 2011, p. 85-100.

MINAYO, M. C. S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012.

NOGUEIRA, D. L.; SOUSA, M. S.; DIAS, M. S. A.; PINTO, V. P. T.; LINDSAY, A. C.; MACHADO, M. M. T. Educação em saúde e na saúde: conceitos, pressupostos e abordagens teóricas. **Sanare**, Sobral, v. 21, n. 2, p. 101-109, 2022.

OTTOBONI, Mário. **Vamos Matar o Criminoso?** Método APAC. Belo Horizonte: O lutador, 2018.

PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. G. **Docência no ensino superior**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

REIS, M. da S. **Metodologias ativas como proposta pedagógica no processo de formação em Administração**: diálogo entre uma prática pedagógica e a percepção dos alunos. 2018. 148f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre. 2018.

SOUZA, L. B. P. Educação, saúde e o direito no cárcere. **Revista Ibero-americana de Humanidades, Ciência e Educação**. São Paulo, v. 9. n. 04. abr. 2023.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais – a pesquisa social em educação**: o positivismo, a fenomenologia, o marxismo. São Paulo: Atlas, 2012.